sala de aula em foco
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2316-7297

ENSINO DE MATEMÁTICA E INCLUSÃO NA EJA: REFLEXÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES ADAPTADAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

ADAPTED ACTIVITIES FOR STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES: REFLECTIONS FROM SUPERVISED INTERNSHIP PRACTICE

MIRIELTON GOMES SEPULCRO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
mirieltongs123@gmail.com

JANIVALDO PACHECO CORDEIRO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
janivaldocordeiro@gmail.com

MARIA EUGÊNIA ZORZAL SALDANHA
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
maria.saldanha@ifes.edu.br

GILSON ABDALA PRATA FILHO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
gilson.abdala@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa o processo de elaboração e aplicação de atividades adaptadas para um estudante com Deficiência Intelectual no contexto do Estágio Supervisionado em Matemática da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estudo, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-reflexivo, fundamenta-se em referenciais da Educação Inclusiva e da Educação Matemática. Os dados foram produzidos por meio de observações de aula, registros do estágio e análise das atividades elaboradas. Os resultados evidenciam que o uso de recursos visuais, linguagem acessível e situações contextualizadas favoreceu a participação do estudante e a compreensão dos conteúdos trabalhados. Entretanto, também foram identificadas fragilidades relacionadas ao nível de complexidade de algumas tarefas, à insuficiência de etapas intermediárias e à dependência de mediação direta. Conclui-se que a adaptação curricular demanda planejamento contínuo, conhecimento das especificidades do estudante e revisão permanente das estratégias pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Matemática Inclusiva; Estágio Supervisionado; Deficiência Intelectual. Educação de Jovens e Adultos.

Abstract: *This article analyzes the process of designing and implementing adapted activities for a student with Intellectual Disability in the context of a Supervised Mathematics Internship within Youth and Adult Education (EJA). The study adopts a qualitative and descriptive-reflective approach and is grounded in the fields of Inclusive Education and Mathematics Education. Data were generated through classroom observations, internship records, and analysis of the activities developed. The findings indicate that the use of visual resources, accessible language, and contextualized situations enhanced the student's participation and understanding of the mathematical content addressed. However, limitations were also identified, including the level of complexity of some tasks, the lack of intermediate steps, and the student's dependence on direct mediation. It is concluded that curricular adaptation requires continuous planning, knowledge of the student's specific needs, and ongoing revision of pedagogical strategies.*

sala de aula em foco
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2316-7297

Keywords: *Inclusive Mathematics Education. Teacher Education. Intellectual Disability. Youth and Adult Education.*

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar pressupõe a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e acolham as singularidades dos estudantes, garantindo condições de acesso, participação e aprendizagem, logo, permanência com êxito. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa demanda torna-se ainda mais significativa em razão da diversidade de trajetórias escolares, experiências de vida e ritmos de aprendizagem presentes nessa modalidade de ensino. Soma-se a isso, o fato de que a maioria desses alunos estudam no período noturno e chegam na escola cansados, vindos de um dia de trabalho intenso.

Entre os estudantes que compõem esse cenário estão aqueles com Deficiência Intelectual, que, assim como os demais, têm direito a uma educação que considere suas especificidades e potencialidades. Nesse contexto, o planejamento pedagógico assume papel fundamental na promoção da acessibilidade curricular e na criação de condições que favoreçam a participação efetiva desses estudantes nos processos de ensino e aprendizagem.

Este artigo apresenta reflexões sobre a elaboração e a aplicação de atividades adaptadas para um estudante com Deficiência Intelectual, desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado em Matemática do curso Técnico em Hospedagem integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA. A experiência possibilitou analisar potencialidades e fragilidades do processo de adaptação, evidenciando desafios relacionados ao planejamento, à mediação pedagógica e à organização das atividades propostas.

Ancorado em uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo-reflexivo, o estudo fundamenta-se em referenciais da Educação Inclusiva e da Educação Matemática. Tem como objetivo analisar o processo de elaboração e aplicação das atividades adaptadas, buscando compreender em que medida elas favoreceram a participação e a aprendizagem do estudante, bem como identificar limites e possibilidades dessa prática pedagógica. Ao discutir essa

experiência, pretende-se contribuir para o debate sobre inclusão no ensino de Matemática e para a formação de professores comprometidos com práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que articulam educação inclusiva, ensino de matemática e elaboração de atividades adaptadas, situando a Deficiência Intelectual no contexto escolar e destacando como práticas pedagógicas planejadas podem ampliar o acesso ao currículo. A partir de diferentes referenciais, é apresentado reflexões sobre a organização do ensino, às demandas dos estudantes e o papel do professor na construção de propostas acessíveis, que favoreçam participação, aprendizagem e desenvolvimento.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONTRIBUIÇÕES DE VIGOTSKI

A Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes têm direito ao acesso, à participação e à aprendizagem nos espaços comuns de escolarização. No contexto brasileiro, esse princípio encontra respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que asseguram o direito à educação em sistemas educacionais inclusivos.

No caso dos estudantes com Deficiência Intelectual, a inclusão demanda a construção de condições pedagógicas que reconheçam suas singularidades e potencialidades. Nessa perspectiva, a deficiência deixa de ser compreendida exclusivamente como uma condição individual e passa a ser entendida a partir da interação entre características do sujeito e barreiras presentes no contexto social e educacional.

As contribuições de Vigotski (1997) são particularmente relevantes para essa discussão. Para o autor, o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, da linguagem e da mediação cultural. Assim, a aprendizagem não deve ser orientada apenas pelo desempenho atual do estudante, mas pelas possibilidades de desenvolvimento que podem ser mobilizadas com apoio pedagógico adequado. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal evidencia o papel do

professor como mediador, responsável por criar condições para que o estudante realize tarefas que ainda não consegue executar de forma autônoma.

Essa compreensão reforça a necessidade de práticas pedagógicas que utilizem diferentes formas de mediação, favorecendo a participação e o desenvolvimento dos estudantes em contextos inclusivos.

2.2 EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E INCLUSÃO

No campo da Educação Matemática, Skovsmose (2000) destaca que a aprendizagem deve possibilitar aos estudantes interpretar e atuar sobre situações da realidade, enquanto D'Ambrosio (1996) enfatiza a valorização dos conhecimentos produzidos em diferentes contextos socioculturais. Essas perspectivas contribuem para compreender o ensino de Matemática como um processo que deve considerar as experiências e as formas diversas de participação dos estudantes.

Em contextos inclusivos, a organização do ensino requer estratégias que promovam acessibilidade curricular e ampliem as possibilidades de aprendizagem. Nesse sentido, adaptar atividades não significa reduzir conteúdos, mas reorganizar objetivos, recursos e formas de mediação de modo que os estudantes possam acessar e atribuir significado aos conceitos trabalhados (Mantoan, 2015).

Para Mittler (2003), as adaptações devem ocorrer no contexto da sala de aula comum, evitando práticas que segreguem os estudantes. Já Rosa e Baraldi (2018) destacam que a efetividade dessas adaptações depende do conhecimento das formas de aprendizagem dos estudantes e da seleção de estratégias pedagógicas coerentes com suas necessidades.

Dessa forma, recursos visuais, linguagem acessível, situações contextualizadas e organização gradual das tarefas podem favorecer a participação e a compreensão de conceitos matemáticos. Mais do que um ajuste pontual, a adaptação curricular constitui um processo contínuo de planejamento, acompanhamento e reflexão sobre as condições efetivas de aprendizagem dos estudantes.

2.3 ATIVIDADES ADAPTADAS E PRÁTICA DOCENTE

A elaboração de atividades adaptadas constitui ação pedagógica que exige planejamento sistemático e reflexão sobre o currículo. De acordo com Mantoan (2015), adaptar significa reorganizar objetivos, recursos, mediações e produtos esperados, de modo que a aprendizagem seja viável e significativa. Em consonância, as adaptações nas atividades proporcionam que os estudantes sejam capazes de “acessar” conhecimentos que, por vezes, são considerados difíceis e não compreensíveis para estudantes com deficiência. Podemos compreender os processos de adaptação, como a utilização de elementos mediadores que possibilitarão o desenvolvimento da ZDP, ou seja, permitir que a criança execute atividades, até então “impossíveis” para elas e, por meio da mediação, sejam possíveis de serem realizadas por meio das adaptações e intervenções.

Para Mittler (2003), a adaptação curricular deve ocorrer dentro da sala de aula, evitando práticas segregadoras ou atividades paralelas que afastem o estudante do grupo. Rosa; Baraldi, (2018) reforça que a efetividade da adaptação depende da compreensão sobre como o aluno aprende, quais são os obstáculos e quais estratégias favorecem o avanço conceitual.

No contexto do ensino de Matemática, Skovsmose (2000) e D’Ambrosio (1996) apontam que as atividades precisam promover engajamento, leitura do mundo e resolução de problemas, o que pode tornar a aprendizagem mais significativa para estudantes público da Educação Especial. Desta forma, as atividades adaptadas são fundamentais para garantir que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos matemáticos e possam desenvolver suas potencialidades, haja vista que, cada estudante apresenta diferentes formas de aprender, diferentes experiências culturais e necessidades educacionais específicas. Assim, a adaptação das propostas pedagógicas torna-se uma estratégia indispensável para promover a participação e a aprendizagem de todos.

Nessa perspectiva, adaptar uma atividade não significa simplificar ou reduzir o conteúdo matemático, mas criar condições para que o estudante possa acessar, compreender e atribuir significado aos conceitos trabalhados. Isso implica considerar diferentes recursos didáticos e diferentes estratégias metodológicas que favoreçam a construção do conhecimento. O uso de materiais concretos, recursos visuais, tecnologias assistivas, linguagem acessível e situações

contextualizadas pode contribuir para ampliar as possibilidades de participação dos estudantes e fortalecer sua autonomia nos processos de aprendizagem.

Além disso, a adaptação das atividades está diretamente relacionada aos princípios da educação inclusiva, que reconhece a diversidade como característica inerente aos espaços educativos. Nesse sentido, cabe ao professor planejar experiências de aprendizagem que valorizem as potencialidades dos estudantes, respeitando suas singularidades sem desconsiderar os objetivos educacionais propostos. Tal postura exige um olhar atento às necessidades de cada aluno, bem como a disposição para revisar práticas pedagógicas tradicionalmente pautadas pela homogeneização dos processos de ensino.

Para estudantes com Deficiência Intelectual, por exemplo, a organização das tarefas em etapas menores, a utilização de comandos claros e objetivos, a valorização de conhecimentos prévios e a oferta de diferentes formas de representação dos conteúdos podem favorecer a compreensão de conceitos matemáticos e ampliar as oportunidades de sucesso escolar. Essas estratégias contribuem para que a Matemática deixe de ser percebida como um conhecimento distante e inacessível, tornando-se um instrumento de interpretação da realidade e de participação social.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva-reflexiva, uma vez que o objetivo central consiste em analisar e interpretar o processo de elaboração e aplicação de atividades matemáticas adaptadas para um estudante com Deficiência Intelectual (DI) no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O trabalho foi desenvolvido no âmbito do Estágio Supervisionado em Matemática, realizado no curso Técnico em Hospedagem integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Espírito Santo.

Os dados analisados foram produzidos a partir dos registros elaborados durante o estágio supervisionado, incluindo observações das aulas, anotações em diário de campo, plano de aula, atividades propostas à turma e versão adaptada destinada ao estudante com Deficiência Intelectual. Também foram consideradas as observações realizadas durante a aplicação das

atividades, especialmente aquelas relacionadas à participação do estudante, às dificuldades encontradas e aos tipos de mediação necessários para a realização das tarefas.

A análise ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar elementos que favoreceram ou dificultaram a participação e a aprendizagem do estudante. Para isso, foram examinados aspectos relacionados à organização das atividades, à clareza dos enunciados, à utilização de recursos visuais, ao nível de complexidade das tarefas e às formas de mediação mobilizadas durante o processo de ensino.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por permitir a compreensão das interações, das estratégias pedagógicas e dos significados produzidos na prática, conforme ressaltam Bogdan e Biklen (1994), para quem a pesquisa qualitativa busca interpretar fenômenos educacionais em seu ambiente natural. Além disso, a utilização do método qualitativo torna-se essencial para este contexto do trabalho permite trabalhar com questões relacionadas as experiências e vivências dos estudantes, como valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos.

Considerando as especificidades do EJA marcada por trajetórias escolares interrompidas, experiências de vida diversas e ritmos de aprendizagem heterogêneos, torna-se necessário um olhar sensível aos sujeitos envolvidos. Essa perspectiva dialoga com Freire, ao reconhecer o estudante como sujeito de saberes e considerar suas vivências como ponto de partida para práticas contextualizadas e significativas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma observação sistemática das aulas, com foco nas interações pedagógicas estabelecidas entre o professor estagiário, a professora regente e os estudantes, especialmente no acompanhamento do aluno com Deficiência Intelectual. Essa observação abrangeu todas as etapas do processo didático — planejamento, execução e avaliação — referentes à aula cujo tema central foi Revisão de Porcentagem e Interpretação de Gráficos no contexto da hotelaria. Também foram analisados o plano de aula utilizado, os materiais didáticos selecionados, as atividades propostas à turma e a versão adaptada dos exercícios destinada ao estudante vinculado à educação especial.

sala de aula em foco
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2316-7297

A elaboração da atividade adaptada baseou-se nos referenciais da Educação Inclusiva e no pressuposto de Vigotski (1997), especialmente no que se refere ao papel da mediação, da linguagem e do acompanhamento intencional no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual. Nesse sentido, compreende-se que a adaptação curricular não implica mera simplificação, mas sim uma reorganização conceitual e metodológica, apoiada em suportes visuais, linguagem acessível, passos graduados e contextualização prática para favorecer o acesso ao conhecimento matemático.

Contudo, durante a análise e aplicação da proposta, foram observadas fragilidades no processo de adaptação, indicando a necessidade de maior alinhamento entre os objetivos da aula, o nível de complexidade das tarefas e as reais possibilidades de aprendizagem do estudante, evidenciando pontos que ainda demandam aprimoramento no planejamento pedagógico. A construção da atividade adaptada foi organizada em quatro etapas conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 01 – Etapa de Elaboração de Atividade Adaptada

Etapas	Atividades realizadas
(I) Levantamento das necessidades educacionais do estudante com Deficiência Intelectual	Foram analisadas as características do estudante a partir das observações em sala, do acompanhamento do profissional representante do NAPNE, dos registros do estágio e das devolutivas dos professores supervisores[1]. Consideraram-se aspectos como a aplicação das atividades adaptadas da professora regente, diálogos do acompanhante do NAPNE com o aluno, nível de autonomia, formas de comunicação, conhecimentos prévios e dificuldades específicas relacionadas aos conteúdos matemáticos. Esse mapeamento inicial permitiu identificar os elementos a serem priorizados ou reorganizados na adaptação.
(II) Estudo do conteúdo matemático e definição dos objetivos da adaptação	Após identificar as necessidades do estudante, procedeu-se ao estudo dos conteúdos da aula, revisão de porcentagem e interpretação de gráficos no contexto da hotelaria com o objetivo de selecionar os conceitos essenciais e identificar possíveis barreiras de compreensão. Essa etapa envolveu a definição dos objetivos de aprendizagem ajustados ao perfil do estudante, buscando garantir acesso ao conhecimento sem perda do sentido matemático. A partir dessa análise, foram estabelecidos critérios para a adaptação, como simplificação da linguagem, uso de exemplos concretos e foco na interpretação visual.
(III) Elaboração e organização da atividade adaptada	Com base no levantamento e nos objetivos definidos, foram produzidas versões adaptadas das atividades. A adaptação incluiu: inclusão de imagens e ícones representativos, sequências mais curtas, comandos objetivos, redução da quantidade de informações por item, reorganização espacial para facilitar a leitura e inserção de contextos próximos à realidade do estudante.

[1] Professores Supervisores: docentes responsáveis pela orientação e acompanhamento do estágio supervisionado, com atuação na articulação entre as atividades desenvolvidas em sala de aula e as diretrizes acadêmicas, bem como no fortalecimento de devolutivas ao estagiário.

(IV) Aplicação, avaliação e revisão da proposta	Na última etapa, as atividades foram aplicadas em sala, observando-se o desempenho do estudante, suas reações durante as tarefas e os tipos de mediação necessários. Foram registradas tanto as estratégias que favoreceram sua participação quanto as dificuldades emergentes.

Fonte: Autores (2025)

A organização do trabalho a partir das etapas propostas acima, permitiram que pudéssemos perceber as contribuições da adaptação no processo de ensino e aprendizagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do processo de elaboração e aplicação das atividades adaptadas evidenciou avanços importantes na promoção de acessibilidade pedagógica e comunicacional para o estudante com Deficiência Intelectual, embora também tenha revelado fragilidades significativas que limitaram a efetividade da intervenção. Observou-se que o estudante apresentou maior participação quando as atividades continham recursos visuais acessíveis — como gráficos simplificados e imagens que apoiavam a compreensão — bem como exemplos curtos, concretos e vinculados ao cotidiano, favorecendo a construção de sentido.

Além disso, comandos formulados com linguagem clara, objetiva e direta facilitaram o acesso ao conteúdo, contribuindo para iniciar e manter o entendimento das tarefas propostas. Esses resultados reforçam a concepção vigotskiana de que o uso de instrumentos mediadores — sejam eles visuais, linguísticos ou organizacionais — amplia a capacidade cognitiva do estudante, especialmente em situações que exigem níveis mais altos de abstração. No gráfico apresentado na Figura 01, por exemplo, a pergunta subsequente era: “Qual quarto tem mais hóspedes?”, quando poderia ter sido utilizado o mesmo termo “tipo de quarto ocupado”, presente no gráfico, de modo a facilitar a leitura e a localização dos dados. Nessas situações, o estudante demandava apoio contínuo do acompanhante do Napne, revelando que a escrita dos enunciados precisava de revisão e melhoria.

Figura 01 – Gráfico da primeira tarefa



Fonte: Autores (2025).

Embora a adaptação buscasse atender às necessidades específicas do estudante com Deficiência Intelectual, emergiram fragilidades importantes no processo. Entre as principais, destacam-se: passos intermediários insuficientemente detalhados, o que prejudicou a construção gradual do raciocínio matemático; nível de complexidade elevado, especialmente nas tarefas que envolviam coleta de dados para a resolução de cálculos de porcentagem; e ambiguidade em alguns enunciados que, embora simplificados, ainda exigiam inferências que o estudante não conseguia realizar sem mediação direta.

Os resultados evidenciam que a simples redução ou reorganização das atividades não garante, por si só, a acessibilidade pedagógica. A experiência demonstrou que o processo de adaptação exige uma análise criteriosa das demandas cognitivas envolvidas em cada tarefa, bem como das formas pelas quais os estudantes mobilizam conhecimentos para resolver problemas matemáticos.

Nesse sentido, as dificuldades observadas não devem ser compreendidas apenas como limitações do estudante, mas também como indicativos da necessidade de aperfeiçoamento das estratégias pedagógicas adotadas. A experiência reforça que a construção de propostas inclusivas requer planejamento contínuo, acompanhamento sistemático e reflexão permanente sobre as condições efetivas de participação dos estudantes.

Essas fragilidades demonstram que a adaptação curricular não estava plenamente alinhada às

necessidades cognitivas e comunicativas do estudante. Embora tenha havido a intenção de tornar o conteúdo mais acessível, alguns elementos da proposta ainda mantinham uma complexidade incompatível com o perfil do aluno, reforçando a necessidade de ajustes mais profundos.

Essa constatação dialoga com Vigotski (1997), ao indicar que a aprendizagem bem-sucedida ocorre quando a tarefa se encontra dentro da mediação, exigindo esforço, mas sem ultrapassar as possibilidades de resolução com apoio. Identificou-se que muita parte da compreensão só ocorria após mediação direta, o que indica que a autonomia pretendida não foi plenamente alcançada. Em diversos momentos, para responder às questões, o estudante necessitava: retomada do enunciado em linguagem oral; indicações explícitas de onde localizar as informações; e explicitação de relações matemáticas que não estavam claras no material.

Essa dependência da mediação direta evidencia que a adaptação poderia ter antecipado tais apoios no próprio material, por meio de instruções mais segmentadas ou exemplos resolvidos mais próximos das situações propostas. Dessa forma, as fragilidades observadas reafirmam que a adaptação curricular exige planejamento contínuo, reflexão sobre o perfil do estudante e análise criteriosa do nível de complexidade das tarefas. No caso observado, o estagiário demonstrou sensibilidade às necessidades do estudante, mas ainda em processo de desenvolvimento quanto à capacidade de transformar tal sensibilidade em decisões pedagógicas plenamente consistentes.

Assim, o estágio supervisionado se mostrou espaço formativo fundamental para reconhecer fragilidades, reelaborar práticas e ajustar estratégias. A experiência permitiu compreender que a construção de materiais acessíveis não é tarefa pontual, mas um processo que demanda revisões constantes, diálogos com outros profissionais, atualizações e aprofundamento teórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida durante o estágio permitiu compreender a relevância das adaptações pedagógicas para a inclusão de estudantes com Deficiência Intelectual na Educação de Jovens e Adultos. As atividades realizadas evidenciaram que recursos visuais, linguagem acessível e situações contextualizadas favorecem não apenas a compreensão dos conceitos matemáticos, mas também a participação mais ativa dos estudantes nas propostas desenvolvidas em sala de aula.

Ao longo do processo, foi possível perceber que a adaptação das atividades demanda atenção a aspectos que, muitas vezes, passam despercebidos no planejamento dos professores. A organização das tarefas em etapas menores, a clareza dos enunciados e a utilização de orientações mais objetivas mostraram-se importantes para ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes com direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A análise realizada permitiu compreender que a elaboração de atividades adaptadas constitui um processo complexo, que exige conhecimento das características dos estudantes, domínio dos conteúdos matemáticos e capacidade de planejar estratégias pedagógicas acessíveis. Embora a proposta tenha favorecido momentos importantes de participação, também evidenciou desafios relacionados à organização das tarefas, à clareza dos enunciados e ao nível de complexidade das atividades propostas.

Os resultados indicam que a adaptação curricular deve ser compreendida como um processo contínuo de reflexão, avaliação e reelaboração das práticas pedagógicas. Nesse sentido, o estágio supervisionado mostrou-se um espaço privilegiado de formação docente, possibilitando ao futuro professor reconhecer limites, revisar decisões pedagógicas e construir aprendizagens relacionadas à educação inclusiva.

Como limitação do estudo, destaca-se o fato de a análise estar centrada em uma experiência específica, desenvolvida com um único estudante e em uma situação particular de ensino. Apesar disso, as reflexões produzidas podem contribuir para o debate sobre práticas inclusivas no ensino de Matemática e para a formação de professores comprometidos com a construção de ambientes educacionais mais acessíveis e socialmente justos.

Tais reflexões encontram respaldo nos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), documentos que reafirmam a responsabilidade dos sistemas educacionais na promoção de condições que assegurem o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

sala de aula em foco
REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2316-7297

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática**: da teoria à prática. 16. ed. Campinas: Papirus, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 21 ed. São Paulo: Summus, 2015.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. São Paulo: Edusp, 2003.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999. <http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2026.

ROSA, Fernanda Malinosky Coelho da; BARALDI, Ivete Maria (org.). **Educação Matemática Inclusiva**: estudos e percepções. Campinas: Mercado de Letras, 2018.

SKOVSMOSE, Ole. Cenários para investigação. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, v. 13, n. 14, 2000. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/10635. Acesso em: 30 dez. 2025.

VIGOTSKI, L. S. Obras escogidas V. **Fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor, 1997.